

VAREJO

Detran leiloa
3,4 mil veículos



Os proprietários podem reivindicar os carros até um dia antes do leilão, marcado para 19 de janeiro. **Página 12**



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 34 - Nº 1.773 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 14 A 20 DE JANEIRO DE 2024
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

CÓDIGO DE POSTURAS

Lei proíbe acúmulo
de lixo na capital



Vereadores derrubam o veto do prefeito Rogério Cruz a artigo que torna fiscalização mais rígida. **Página 8**

TRIBUNA POLÍTICA

Fim das especulações

Gustavo Mendanha não vai para o União Brasil, vai se filiar mesmo ao MDB. O ato de filiação deve ocorrer logo que ele voltar de férias, em Brasília e sob as bênçãos do presidente da legenda, Daniel Vilela.

Página 3

ESCOLA

Quase 72 mil novas matrículas na rede estadual para 2024

Foram contabilizados 450 mil registros, incluindo as novas matrículas e as renovações. Alunos devem apresentar certificado de vacinação. **Página 11**

ENTREVISTA**DELEGADO WALDIR SOARES**

Presidente do Detran Goiás

Presidente do UB de Goiânia afirma que Bruno Peixoto fez sua escolha pela Assembleia

O União Brasil abre mão de ter candidato próprio a prefeito de Goiânia para ter um nome com viabilidade eleitoral, segundo Delegado Waldir.

Páginas 6 e 7

INUNDAÇÕES

Tem início combate a alagamentos na capital

Prefeitura estima prazo de 2 anos para implementar plano de drenagem urbana e corrigir 99 pontos de alagamento da capital. **Páginas 10**

VIOLÊNCIA

Índices de criminalidade recuam em até 89,8% em 5 anos



Crimes como furto e roubo a transeunte tiveram queda de 85,8% e 83%, respectivamente. Latrocínio caiu 86,7% — foram 14 casos em 2023 e 105 no ano de 2018. **Páginas 9**

VASSIL OLIVEIRA

A armadilha e o poder

Uma gestão ruim é produto de muitos, mas culpa essencialmente de um: o dono, ou dona, do poder.

Página 4

Divulgação

EDITORIAL

Feminicídio é desafio urgente

Na semana passada, o governador Ronaldo Caiado reuniu a cúpula da Segurança Pública no Estado para anunciar a redução nos índices de criminalidade. Além dos dados atuais, foi apresentado um balanço do período de 2018 a 2023, abrangendo o último ano dos governos tucanos e o primeiro mandato do governador reeleito.

Os homicídios, que são fundamento de indicadores internacionalmente aceitos sobre criminalidade, tiveram queda de 50,8% no período (leia mais na página 9). No entanto, quando se considera os crimes contra a vida da mulher, os feminicídios, a situação é inversa. Os casos cresceram 52,7% no mesmo período. E é um número que pode ser maior, porque casos em que as vítimas morrem depois, no hospital, continuam registrados como homicídios tentados. As notícias de jornal mostram que esses crimes não param de crescer.

Mais do que números frios, esses indicadores estão dizendo, aos berros, que algo está muito errado. O Brasil tem leis rigorosas e, no caso dos crimes de gênero, tem uma norma específica, a Lei Maria da Penha. Por outro lado, também há políticas públicas para as mulheres, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipais). A maior referência talvez seja o Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos, que efetivamente encaminha as denúncias com agilidade.

O governo de Goiás tem programas como o Goiás por Elas, o Mães de Goiás e ainda dá prioridade para mães e vítimas de violência doméstica na concessão de programas sociais. Já o município tem uma casa-abrigo para mulheres e a Patrulha Maria da Penha, da Guarda Municipal. Isso para citar apenas alguns exemplos.

Como se vê, não faltam legislação nem políticas públicas. Mas o avanço dos casos de feminicídio, em todas as classes sociais, mostra que essas políticas não estão tendo efetividade. É preciso mudar as estratégias urgentemente.

ARTIGO

O médico e o cooperativismo

O desafio de um país é aproveitar a sinergia evolutiva de categorias sociais e profissionais para, ao mesmo tempo, evoluir a sociedade. Participar destes processos é um engrandecimento para qualquer cidadão ou categoria. A convergência da Medicina com o cooperativismo já tem uma história valiosa escrita no desenvolvimento econômico e social do país. A área médica foi uma das alavancas para fortalecer o cooperativismo de trabalho e, depois, financeiro, brasileiro.

O papel das cooperativas médicas e sua evolução, se fortalecendo como planos de atendimento à saúde da

população, reforçou ao médico no Brasil, um diferenciado posicionamento social, em todo país, algo que organicamente ocorreu com poucas outras categorias profissionais.

Os médicos acumularam, em várias décadas deste robusto sistema cooperativista, aprendizado valioso por conta deste formato.

As cooperativas médicas sempre foram controladas pelos próprios médicos, que são seus sócios e proprietários. Essa visão, até simples vista de hoje, durante toda dinâmica de sua construção, transformou vidas, histórias e profissionais.

ARTIGO

O que esperar de 2024?

Inicialmente, alguém poderia responder a essa pergunta do título com aquela afirmação paralisante: depende. Contudo, essa resposta pode abrir diversos campos de reflexão e, assim, favorecer uma compreensão maior do que podemos ter como expectativa para este ano já iniciado. Arriscaria eleger quatro áreas de esperança para o Brasil em 2024: na política, na economia, na cultura e, como não podia deixar de ser, no campo da fé professada pelos brasileiros, considerando que sou um jornalista padre.

Acredito que podemos esperar um exercício da política com menor acento no embate entre amigo e inimigo. Acho que se aplica plenamente à nossa situação o pensamento de Norberto Bobbio, um dos politólogos mais respeitados do século XX: "o campo de origem e de aplicação da política é o antagonismo, e sua função consistiria na atividade de agregar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos". Isso ficou escandalosamente presente no campo político brasileiro nos últimos anos. O antagonismo tomava conta, transversalmente, de todas as pautas relevantes ou não no debate político. Penso que a polarização pode diminuir, sem ilusão, este ano.

Amarrada visceralmente à política de modo que há quem

garanta que ela a determina, a economia no Brasil respira ares melhores neste início de ano. Mas, do ponto de vista da justiça social e da preocupação com os mais pobres, precisamos entrar, definitivamente, numa era de combate à desigualdade. Gosto muito do vereador de São Paulo, ex-senador, Eduardo Suplicy, que manifestou seu desejo numa rede social: "Há 10 anos sugiro a formação de um grupo de trabalho para estudar a transição do Bolsa Família para a Renda Básica. A lei que instituiu o Bolsa Família prevê essa transição. Fiz a sugestão de mais de 100 nomes. Só falta o governo Lula nomear esse grupo".

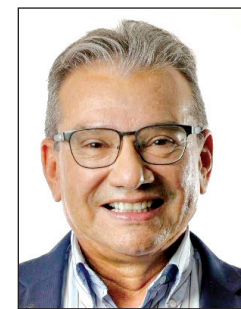
Depois de uma onda forte e alta de distância e descaso pela cultura brasileira, 2024 chegou trazendo sinais de retomada da produção de cultura no país. Para se ter uma ideia, o campo do cinema, fortemente atingido pela pandemia do Covid-19 e pelos caprichos negacionistas do período 2019-2022, apresenta, conforme informação do Anuário Estatístico do Audiovisual Brasileiro da Ancine, um horizonte diferente dos últimos anos: "Em 2022, foram lançados 385 títulos (contra 309 em 2021 e 452 em 2019); por sua vez, o número de salas em funcionamento foi de 3.415 em 2022 (contra 3.266 em 2021 e

3.507 em 2019)". Um notável avanço que também se verifica em várias outras áreas da produção cultural.

E, por fim, naquilo que me é muito próximo e caro, a expectativa da experiência religiosa neste Ano Novo. Trago dois exemplos luminosos da condução do Papa Francisco em relação à Igreja Católica e às outras denominações que estão abertas ao diálogo inter-religioso. Primeiro, anunciada no início de janeiro, a alvissareira e profunda manifestação oficial do Vaticano em considerar válida a bênção dada às pessoas que vivem nas tradicionalmente chamadas de "uniões irregulares". Nesse grupo estão os casais formados pós-divórcio e as uniões de pessoas do mesmo sexo. Uma decisão histórica. E o segundo, o eco do que o Papa disse na Jornada Mundial da Juventude, no mês de agosto do ano passado, em Lisboa: "A Igreja é o lugar para todos... Todos, todos, todos!". Amém.



Pe. Rafael Vieira, jornalista



Raimundo Nonato Leite Pinto, médico infectologista, ex-presidente do Cremego e presidente do Conselho de Administração da Central Sicoob Uni



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@yahoo.com.br
Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com
Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Luís Gustavo Rocha
colunatribunapolitica@gmail.com



Voz do povo

Para montar o plano de governo da deputada federal Adriana Accorsi (PT), o ex-reitor da UFG Edward Madureira prepara uma série de reuniões, começando no dia 22, em diferentes regiões da cidade. A ação compõe a estratégia de mostrar que a pré-candidata conhece os problemas de Goiânia por inteiro.

Marta Presente

Adriana Accorsi não faz coro com críticos à filiação de Marta Suplicy ao PT, partido que deixou em 2015 chamando-o de "protagonista de um dos maiores escândalos de corrupção que a nação brasileira já experimentou". Ela aproxima a situação da ex-prefeita de São Paulo à do ex-prefeito de Goiânia, Darci Accorsi.

Miniflashback

"Nós temos uma tradição democrática muito grande e isso faz parte, aconteceu com meu pai, por discordância com Pedro Wilson. Depois, voltou convidado pelo próprio Pedro", diz Adriana, citando a saída de Darci do PT, em setembro de 1997, ocasionada por desavenças na disputa pelo comando do diretório municipal.

Frente fria

Apesar do "excelente relacionamento" da entidade com a pré-candidata petista, o presidente da Fecomércio-GO, Marcelo Baiocchi, recusou o convite de Adriana para ser vice em uma chapa de frente ampla que considera, por exemplo, o setor produtivo. "A Fecomércio não faz política partidária." O dirigente, que já deu demonstrações públicas de apoio a Bolsonaro, acredita que esquerda e direita estão muito bem demarcadas no país e, "com certeza, as eleições na maioria dos municípios do Brasil vão acontecer repetindo a polarização nacional".

Goiânia acessível

Na reunião com a executiva estadual do PSDB, ficou definido para março o anúncio da pré-candidatura de Matheus Ribeiro. Até lá, o jornalista tem a missão de formar um núcleo de inclusão no partido. A acessibilidade é um dos aspectos que ele pretende discutir na campanha para prefeito da capital.

Atraso em filiação ao MDB levanta suspeitas sobre destino de Mendanha

Expectativas foram criadas sobre um grande evento para marcar a volta de Gustavo Mendanha ao MDB, em 2023, com direito à presença do cacique Michel Temer. Mas, entre um adiamento e outro, o ex-futuro-emedebista chega a 2024 comparando o retorno ao partido com a cena de um casal que torna a morar junto depois da separação.

O sim que Gustavo aguardava como resposta da justiça eleitoral autorizando uma candidatura a prefeito de Goiânia também não é mais o mesmo. O otimismo baixou a febre e o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia admite uma morna esperança. A ponto de cogitar a esposa, Mayara Mendanha, como vice da chapa de dois possíveis candidatos na capital — deixando bem claro que não é uma condição imposta, pois sequer teria o aval de Mayara.

Gustavo, que neste fim de semana inicia um curto período de descanso em família, não demonstra cansaço no trabalho de bastidor. Em Aparecida, está empenhado em construir a chapa de vereadores do União Brasil, uma ajuda que, segundo ele, já estava acertada com o governador Ronaldo Caiado desde o ano passado.

A conjuntura, porém, despertou no entorno político de Mendanha a seguinte tese: Gustavo vai para o União Brasil, não mais o MDB, já pensando na posição que poderá ocupar na chapa governista em 2026. Para espantar as especulações, ele e Daniel Vilela acertaram na quinta-feira que, tão logo Gustavo volte, assim que houver disponibilidade de agenda, os dois vão a Brasília formalizar de uma vez por todas essa relação "amigada", deixando a festa para depois, como aqueles noivos que optam pelo casamento civil tendo como plateia apenas as testemunhas.



Fotos: Divulgação



APROVEITANDO O ENSEJO > Ronaldo Caiado (União) inicia a semana em São Paulo para agenda de governo, mas não deixará de usar a ocasião para fazer contatos políticos por lá. Na capital paulista, assim como em Brasília, o governador deverá abrir escritório pensando na corrida presidencial de 2026.



1 Recomeço

A partir desta semana, a coluna Tribuna Política, que passou um período fora do ar, está de volta com o compromisso de ajudar o leitor a compreender o cenário eleitoral de 2024 em Goiás.



2 Começo

Eu me chamo Luís Gustavo Rocha, sou jornalista, acompanho os bastidores políticos no Estado há dez anos e entro para o time do Tribuna do Planalto.



3 Continua

Além da coluna impressa, a cobertura política segue durante a semana no site do jornal e pelo Instagram @tribdoplanalto, onde você também confere as principais notícias do dia.

Eu avisei

De um político da base de Rogério Cruz, na semana em que Caiado falou da escolha de um nome para Goiânia "voltar a crescer": "Rogério apostou em vários momentos no apoio do governador, que, ao que tudo indica, terá candidato próprio."

É para...

O aliado puxa a orelha: "Rogério esqueceu de fazer o dever de casa. Atropelou as etapas, antecipou o debate eleitoral no ano passado. Com esse perfil, acho difícil reverter."

...o seu bem

Para ele, continuando o raciocínio, nem tudo está perdido acerca do projeto de reeleição: "Tempo dá, mas ele teria que ser mais disciplinado. Tem seis meses que trouxe um supermarqueteiro (Jorcelino Braga) para a campanha e já o dispensou. Nessa leva, perdeu um dos partidos da sua base de sustentação. Então, se continuar a agir assim, vejo com dificuldade."

Rio revolto

O deputado estadual Karlos Cabral (PSB) está trabalhando para concorrer à Prefeitura de Rio Verde. Do lado de fora, o pré-candidato terá que lidar com as ameaças decorrentes do acirramento com os adversários. Já internamente, está em pauta o nível de disposição de aliados para abraçar um projeto próprio liderado por Karlos.

A dúvida

Um dos quadros do PSB local nega que tenha sido chamado para debater o projeto de candidatura do deputado para a cidade. "Eu não sei se ele nos quer no partido", devolve a bola.

Sem sinal

Membros do PT de Rio Verde estariam dispostos a declarar apoio ao pré-candidato do PSB, só que aguardam que o primeiro passo seja dado pela parte interessada em recebê-lo. Isto é, se houver interesse.

PL de Lissauer

À direita, o candidato do PL em Rio Verde, Lissauer Vieira, está se movimentando para a montagem de chapa de vereadores com o objetivo de atrair até seis partidos. O ex-deputado estadual não tem perspectiva de diálogo com o grupo de Paulo do Vale (e do governador Ronaldo Caiado, de quem Lissauer está afastado há algum tempo) e aposta na sintonia com o setor produtivo em geral.

O destino dos políticos e gestores que trocam o círculo de confiança pelo dos nada confiáveis

Vassil Oliveira
vassiloliveira@gmail.com



O poder é óbvio por sua natureza. Quem não tem proximidade com quem o tem no momento, mas quer estar junto, vai agir sempre mais rápido. Uma de suas artimanhas é criar dúvidas sobre o círculo que levou o novo inquilino ao poder. Isso vale principalmente para os novatos, os novos-poderosos, que são como os novos-ricos se instalando entre os ricos já estabelecidos de velhos.

Como quem chega lá a primeira vez começa a ver conspiração por todos os lados, o que significa ser acometido por insegurança generalizada - que pode vir disfarçada de demonstrações da arrogância dos que se acham sabedores de tudo -, fica fácil se estabelecer sobre os cadáveres dos que são maquiavelmente - no pior sentido - eliminados.

Vale tudo. Gravações editadas, fofocas bem tecidas, maledicências pontuais, criação de casos e historinhas negativas sobre o alvo, malabarismos com meias-verdades. Logo o círculo do poder não será o mesmo. O poderoso da vez terá trocado seus antes confiáveis assessores por uma armada renovada. Sem perceber, o prefeito, a prefeita, a governadora, o governador, a senadora ou senador, estarão no centro de uma armadilha, em vez de ser o centro do poder.

A partir daí, o poderoso



será, na verdade, um refém. Refém em um jogo perigoso, em que o único a perder será ele próprio. Seu futuro político, seu CPF, sua reputação, tudo estará nas mãos dos novos protetores, que farão de tudo para agradar, de um lado, e, de outro, esconder a realidade enquanto fazem a sua particular gestão da gestão. Contratos, licitações, imagem, pagamentos, nada escapará de seu arco de aliança no poder.

Normalmente, quando o eleito percebe, ou mesmo descobre, o que está acontecendo, nada mais pode fazer. Ou, se faz, o que fizer acabará contando-se contra ele próprio. E o espanto com a descoberta de que,

comandando a trama, estão parentes, soará como mais uma derrota, mais uma demonstração de que sua arrogância inicial e a certeza de que sempre teve o controle nas mãos, era mais que uma ilusão, era uma piada.

Já vi políticos - gestores, em especial - escolheres outro caminho: compactuar. Por vantagem financeira, pela fé de que assim continuarão no poder, para não revelarem ser inocentes úteis. Não importa a razão. Como já vi pessoas idôneas terminarem mandatos com o carimbo de corruptos, para dizer pouco, porque a mensagem que chegou à população foi esta, como resul-

tado de sua comunicação falha. No fim da história, só restará, como vilão, o gestor/político ou a gestora/política. Os verdadeiros vilões passarão ao público como heróis, porque contarão sua própria história.

Uma gestão boa tem sempre no comando um gestor competente e um político habilidoso, ambos no mesmo corpo. Uma gestão ruim é produto de muitos, em um ambiente de caos, mas culpa essencialmente de um: o dono, ou dona, do poder. É bíblico: o incompetente, seja inocente ou não, o que planta, colhe. E se não for inocente, que seja capaz de fugir do outro destino: o inferno na Terra e depois.

Vai na fé que eu vou na crônica

Tem alguém querendo apostar corrida comigo na crônica. Coisa boa. Enquanto ele corre, eu tomo sorvete sentado na calçada com os bolsos cheios de bolinha de gude. Tenho mais o que fazer. Jogar confete nas andorinhas tem urgência primordial. E depois, catar jabuticaba e jogar no pandu. Correr, só o correr dá pena e das casas que tem muro alto entre minha agonia, a sinfonia dos amigos, e as mangas impossíveis. Essas são as melhores.

Não há lugar melhor para ser criança do que na crônica. E voar. Os voos são rasantes, cheios de volteios, e serenos também, depois das nuvens. Eu nunca voo menos do que eu sonho. Eu sempre vou mais longe do que posso. Na crônica, eu quebro telhas sem quebrar as pernas, olha que frase bonita. Em outro lugar, eu quebraria pernas, braços e o pescoço. Uma loucura imaginar o mundo sem os mataburros. Sem crônica, não tem vida que se suporte.

Mas nada disso tem a

pressa que o camarada que está cavalgando na volúpia da chegada carrega na garupa. Boa mesmo é a toada de uma palavrinha suada aqui, uma virgulazinha irregular ali, e até um pontinho de nada fora. Do lugar. Nesse caso, acelerar explode as acentuações dramáticas e as interpretações drásticas que rimam com profundidade de suspiros. Que necessidade é essa de se chegar logo ao ponto final?

Deixem a crônica fluir. Ela está bem acompanhada

de mim, com esta saborosa ilusão da escrita, e de você, que a lê. Ter escrito é o melhor dos mundos; ter um leitor, o maior. O encontro nesta exata sentença é que importa. Se me apresso, chego, mas só chego, vírgula só. Vamos calabouçar juntos, ora essa, ou cada um a seu tempo, caindo, escorrendo no poço fundo. Ir mais fundo ainda. Até o último gole de suor. Até dizer chega - mas não para. Até ser substantivo, até virar adjetivo. Verbo não é tudo nesta vida.

PODER

ELEIÇÕES

Não passa de balela

Andréia Bahia

Nos últimos dias todos os políticos goianos adotaram uma espécie de mantra ao comentar as eleições municipais: que o pleito será determinante para a eleição de 2026. Como se os prefeitos e vereadores eleitos fossem se tornar o alicerce da próxima campanha para governador. Balela! O eleitor da cidade mal consegue vincular sua condição de vida ao desempenho do administrador local, quiçá ao que ocupa o Palácio das Esmeraldas.

Ademais, o frequente troca-troca de partidos a que os políticos se habituaram a fim de garantir cargos e postos não possibilita ao eleitor vincular candidatos entre si ou a partidos.

Em tempo, a próxima janela partidária se aproxima e, neste ano, será permitido trocar de legenda entre 7 de março a 5 de abril, data final do prazo de filiação exigido em lei para quem pretende concorrer às eleições de 2024. A regra é válida somente para vereadores em fim de mandato. Em março, portanto, estará aberta a temporada de caça à melhor viabilidade eleitoral.

Essa adaptabilidade dos políticos à correlação de forças políticas que predomina no momento se estende aos partidos políticos, que também buscam se acomodar junto aos que estão no poder. Quem consegue definir o perfil ideológico de partidos como MDB, Solidariedade, PRTB, PSC, Avante, PV, Podemos, PTB, Progressistas, Republicanos e PDT, que fazem parte da base de apoio do governador Ronaldo Caiado? São adaptativos.

Os políticos, no fundo, sabem que esperar que o eleitor faça esse exercício de vincular resultados administrativos locais satisfatórios a políticos e partidos, quando na verdade o que os une é sempre uma condição efêmera, é uma aposta sem cartas.

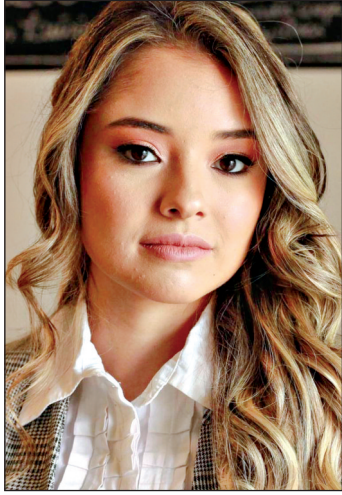
O tal mantra adotado pelos políticos, principalmente da base de Caiado, é de fato um critério que inventaram para justificar a seleção de nomes que podem ou não representar a base na eleição municipal. Não passa de balela.

JUSTIÇA

CONTROLE

Lei sobre TCE contém vícios, aponta advogada

Discussão é positiva, diz vice-presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB-GO



Carla Borges

A Lei do Estado de Goiás n. 22.482, de 22 de dezembro de 2023, que trata do controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) pela Assembleia Legislativa (Alego), contém vícios de inconstitucionalidade formal (por ter sido proposta por um deputado estadual, quando a competência é privativa do próprio Tribunal) e também material (por interferir na competência da Corte de Contas para se autorregular). A avaliação é da advogada Laysa Caixeta Florián, vice-presidente da Comissão de Direito Constitucional e Legislação da OAB-GO.

A pedido da Tribuna, Laysa analisou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta perante o Supremo Tribunal Federal (STF) pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) contra a lei de Goiás. Ela também verificou julgados anteriores do STF em ações com conteúdo similar. “Creio que houve usurpação de competência do Tribunal de Contas por parte da Assembleia. A nova lei pode configurar uma interferência indevida”, pontua, ressaltando que há argumentos jurídicos dos dois lados. A ADI, com pedido de liminar suspendendo a norma, tem como relator o ministro André Mendonça.

Laysa Caixeta Florián observa que a Lei n. 22.482 criou obrigações não previstas no texto constitucional para o TCE de Goiás, especialmente a apresentação de relatórios trimestrais de suas atividades para controle dos deputados, outros prazos e estabeleceu a possibilidade de sanções, o que, em sua opinião, configura vício material. Ela cita a ADI 5290, julgada em 2019. “Por unanimidade, os ministros do STF decidiram que os Tribunais de Contas

Laysa Caixeta: “Nova lei pode configurar interferência indevida”

têm autonomia e não podem sofrer ingerência por outro órgão, como Assembleias Legislativas”, explica.

“Analisando um recurso extraordinário nessa última ADI, a ministra Cármen Lúcia apontou que a obrigação de prestar contas ao Legislativo fere os princípios da independência e da harmonia”, prossegue a advogada, que é especialista em Direito Constitucional e mestre em Direito e Políticas Públicas. A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou na ADI com o entendimento de que é constitucional que os TCEs se submetam a controle das Assembleias. Para a AGU, a parte da lei que prevê obrigatoriedade de referendo de decisões cautelares dos conselheiros pelo Pleno é inconstitucional.

CONTROLE INTERNO

Tramita no Congresso Nacional há dez anos a PEC 329, que propõe alterar a Constituição Federal para alterar a forma de composição dos Tribunais de Contas e submeter os membros do Ministério Público de Contas ao controle do CNMP e os conselheiros dos Tribunais de Contas ao CNJ. “São órgãos equidistantes, que podem ter uma atuação imparcial”, avalia. Para ela, a discussão em torno do assunto é positiva.

A vice-presidente da Comissão de Direito Constitucional observa que os Tribunais de Contas têm o Ministério Público de Contas e um sistema de controle interno. “Além do controle pelos Tribunais de Contas, temos também o controle judicial. O Judiciário, no caso, faz o controle de legalidade”, acrescenta Laysa.

J Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Líder em trabalho escravo

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou na quarta-feira, 10, o balanço de 2023, ano em que foi realizado o maior número de resgates de trabalhadores em situação de trabalho análogo à escravidão nos últimos 14 anos, 3.190. Goiás foi o Estado com o maior número de resgates, 739, seguido por Minas Gerais, com 651, e São Paulo, com 392. Minas foi o que mais teve ações de fiscalização realizadas, 117.

Pagamento de R\$ 12,8 milhões

As ações resultaram no pagamento de R\$ 12,8 milhões em verbas salariais e rescisórias aos trabalhadores resgatados após atuação dos auditores federais. O cultivo de café foi o setor com o maior número de resgatados, totalizando 302 trabalhadores escravizados, ficando à frente do setor da cana-de-açúcar, com 258 resgates, que liderava os dados até meados do ano passado.

63 mil resgates em 28 anos

Com esses dados, subiu para 63,4 mil o número de trabalhadores flagrados em situação análoga à escravidão desde que foram criados os grupos de fiscalização móvel, em 1995. A fiscalização é coordenada pelo MTE, por meio do Grupo Móvel, em parceria com outros órgãos ao longo dos anos, como as polícias Federal e Rodoviária Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, entre outras instituições.



Defensor público

A nomeação de Leonardo Cardoso de Magalhães (foto) para o cargo de defensor público-geral da União foi oficializada na quarta-feira, 10, com a publicação de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. Magalhães é defensor público há 15 anos e substituiu Daniel Macedo Alves Pereira, cujo mandato terminou em meados do ano passado.

TAF para perito

Quatro candidatos ao cargo de perito criminal no concurso da Superintendência da Polícia Técnico-Científica de Goiás reprovados no teste de aptidão física (TAF) obtiveram na Justiça estadual decisões favoráveis para avançar às demais fases da prova. O entendimento é de que a reprovação no teste para cargos de natureza majoritariamente intelectual e administrativa não impede que o candidato permaneça no certame. O advogado Daniel Assunção representa os candidatos.

Isenção em concurso

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou os recursos da União e do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e de Promoção de Eventos (Cebraspe) contra a sentença determinando a um candidato, em concurso, cadastrado como doador de medula óssea que obtivesse isenção da taxa de inscrição no certame.

Doador disponível

Consta dos autos que o concorrente teve seu pedido indeferido sob a alegação de que o edital só previa isenção aos candidatos que efetivamente doaram medula óssea. Ao analisar o caso, o relator, Mark Yshida Brandão, explicou que a isenção em concursos públicos deve alcançar todo aquele que se disponibilizar a ser um possível doador no futuro e não somente quem efetivamente tenha doado.



O propósito de todos os envolvidos na apuração desses fatos é de ir às últimas conseqüências



Paulo Gonet, procurador-geral da República, sobre investigações relativas a 8 de janeiro

ENTREVISTA

“Bruno Peixoto já fez sua escolha: ser presidente da Assembleia”

Presidente do diretório metropolitano do União Brasil, delegado Waldir acredita que o presidente da Assembleia, deputado Bruno Peixoto (UB), já recebeu sua cota de poder, dando a entender que não apoia sua candidatura a prefeito de Goiânia. O prefeito de Goiânia, Rogério Cruz (Republicanos), por sua vez, não teria demonstrado ter as habilidades de gestor de que Goiânia precisa; já em relação a Jânio Darrot (MDB), Waldir não coloca obstáculos ao seu nome, afirmando inclusive que o candidato a prefeito não precisa ser filiado ao União Brasil. Sobre o Detran, órgão que assumiu em março do ano passado, o delegado se dispôs nesta entrevista a prestar contas da receita de R\$ 1,2 bilhão que arrecadou. E afirmou que o Detran “banca” ações, salários e programas do governo.

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor assumiu o Detran, prometendo acabar com a corrupção no órgão. Conseguiu? Por que as fraudes são tão comuns nesses órgãos, como se dão e quem são os envolvidos?

DELEGADO WALDIR SOARES

Quando o governador Ronaldo Caiado me chamou disse: tenho um órgão que é um desafio para qualquer gestor e você tem o perfil. Você tem condições de ir lá e arrochar, porque é um órgão problemático? Quando cheguei me deparei com muitos problemas. No primeiro dia, o chefe da Polícia Militar aqui no Detran me perguntou quantos policiais eu queria para andar comigo, porque dos dois últimos presidentes um foi ameaçado e o outro teve seu carro crivado de balas. Você acha que isso me intimidou? Não me intimidou. Com poucas semanas aqui nós fechamos a maior Ciretran (Circunscrição Regional de Trânsito) de Goiás, a de Aparecida de Goiânia. Os 20 funcionários estavam envolvidos em corrupção. Vamos comemorar, agora em março, um ano de gestão e muita gente apostava que não ficaria nem um mês; muita gente trabalhou para tentar me derrubar e muita gente não acreditava que eu fosse persistir. Nesse período, afastamos quase 100 servidores dos 1,2 mil, quase 10%. A prática anterior era a seguinte: quando se tomava conhecimento de um fato ilícito, o caso ia para a gerência de atendimento; de lá ia para o diretor; do diretor para a auditoria e dela para a corregedoria. O processo

demorava de um a dois anos e o funcionário continuava no Detran, trabalhando e metendo a mão. Depois ia para a Polícia Civil. Ao assumir a presidência, ampliamos os canais de comunicação e reforçamos a auditoria, a corregedoria e a ouvidoria. O presidente tem que ser o primeiro a tomar conhecimento do fato agora, isso é norma interna, e imediatamente tiramos a senha do servidor que dá acesso ao sistema. Segundo passo, afasto o servidor e mando para qualquer outro órgão. Eu já fiz mais de 40 comunicações à Polícia Civil e ao Ministério Público de fatos praticados por servidores que eu já afastei e que vão ser investigados. Nós criamos o serviço de inteligência, que não tinha, e é comandado por um policial civil. O Detran é um case de sucesso porque montamos uma equipe perfeita. Vamos acabar com a pobreza, com o crime, com a corrupção? Podemos reduzir e ter ferramentas para combater e, com certeza, qualquer pessoa que vá fazer qualquer coisa errada no Detran tem um pé atrás, porque sabe que vai dar problema e que o Detran tem presidente, alguém que comanda.

O Detran assumiu para si o trabalho de melhoria na sinalização de trânsito em diversas cidades. Em tese, a função do Detran é promover educação para o trânsito, planejar, coordenar, executar e controlar ações relacionadas à habilitação de condutores, documentação e serviços para veículos. Por que o Detran de Goiás está realizando ações de outros órgãos do estado? Seria legal?

A atribuição do Detran é pre-

servar a vida e evitar acidentes. Esse é um projeto do governo do estado voltado para os municípios que não têm tido recursos, porque tiveram uma perda de ICMS no ano passado. É o governo entregando produtos que os municípios não têm condições de executar. No ano passado realizamos em 246 municípios e, para este ano eo ano que vem, temos projeto para sinalizar novamente os municípios nos quais a sinalização já estiver vencida e de instalação de semáforos, que também não é atribuição do Detran, e de instalação de faixas elevadas. O o Detran tem que fazer voltar ao cidadão aquilo que recolhe em licenciamento e multa. Fazemos o repasse mensal de quase R\$ 10 milhões para a Goinfra (Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes) e quando se vê uma duplicação e asfalto sendo feito na cidade, é dinheiro do Detran. Prestação de contas que o Detran não fazia. Não se vê mais o problema de falta de combustível na polícia porque o Detran paga a conta; não se vê mais helicóptero sem combustível porque o Detran paga a conta; as locações de carro de toda a polícia, bombeiros, polícia técnica, polícia penal, polícia civil, de todas viaturas quem paga a conta é o Detran.

“ Não é necessário vir para o União Brasil para ser o candidato do grupo. Para ser candidato, a pessoa tem que se viabilizar politicamente, cair na graça do povo e ser gestor. Quem vier a ser prefeito de Goiânia não pode errar. ”

Mas isso é legal? A receita do Detran não tem destinação definida por lei?

É aprovado pela Assembleia. Quando se vê um Vapt Vupt funcionando quem banca é o Detran. Para o Tesouro o Detran repassa 30% para pagar médico, professor, funcionalismo público, juiz, promotor, 30% do funcionalismo quem paga é o Detran. O Detran é uma grande mãe e acolhe todos os seus

filhos com muito carinho. Mas ao longo da história nunca se contava esses fatos para o cidadão. Agora, o presidente do Detran conta para onde vai o dinheiro, porque até então a Goinfra fazia o serviço, mas o dindin que entra lá uma parte é do Detran. Todo mundo está vendo a qualidade da segurança pública de Goiás e quem está colaborando com esse sucesso é o Detran, porque não falta viatura nem combustível; as unidades do Vapt Vupt tudo funcionando, atendendo muita gente. Quem está bancando essa estrutura? O Detran. Funcionalismo público está contente em Goiás, salário em dia, salários são bons, mas quem que está ajudando a pagar conta? É o Detran. Quando o servidor público recebe o contracheque dele tem que dizer, obrigado Detran, porque o Detran está ajudando; o policial que não tem mais que empurrar a viatura, não tem que pedir esmola para abastecer a viatura, obrigado Detran; professor quando recebe salário dele, obrigado Detran. Da arrecadação do Detran nós prestamos conta. Nós somos o segundo maior arrecadador e o Detran é, no estado, aquele que atende a maior quantidade de pessoas online e presencial.



Waldir Soares

Presidente do Detran Goiás e presidente do UB de Goiânia

PODER

Fotos: Divulgação

Qual a arrecadação anual do Detran?

Em 2022 foi de R\$ 850 milhões e conseguimos R\$ 350 milhões a mais, para R\$ 1,2 bilhão em 2023. Dinheiro que vai voltar para o cidadão. Na mão do delegado Waldir vai voltar e eu conto para onde vai.

Ao assumir, o senhor declarou que iria atacar a Canaã e estabeleceu prazos para que as empresas se adequassem à chamada lei do desmonte. Todavia, a fiscalização na região tem encontrado resistências até mesmo entre parlamentares. Das 4 mil lojas de desmonte que existem em Goiás, quantas foram regularizadas?

Essa atribuição era da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e passou para o Detran e vamos cumprir a lei. Eu tenho dialogado o tempo todo com o setor. Ano passado, em dezembro, pedimos uma portaria, com vencimento até 31 de janeiro, e criamos, a pedido deles, um registro simplificado. A partir de 31 de janeiro, um abraço. Quem estiver regularizado trabalha e quem não estiver, nós vamos fechar. Estamos preparando uma grande ação em parceria com a Delegacia de Furto e Roubo de Veículos, com a Polícia Militar, com a GCM, Polícia Rodoviária Federal, com todos os atores necessários para fiscalizar estabelecimento por estabelecimento. Quem estiver vendendo peças sem selo e quem não tiver registro vai ser fechado. De 4 mil empresas, o Detran tinha apenas 55 cadastradas. Vamos ver o que vai acontecer no final de janeiro. O Detran vai ser intolerante com quem não tiver cadastrado.

O senhor se comprometeu a reduzir os custos da emissão da CNH, que quando assumiu, custava entre R\$ 2,5 mil e R\$ 4,5 mil. Por que não conseguiu?

Esse é um trabalho que tem sido feito em parceria com a Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) e nós já temos alguns passos. O Detran fez uma parceria com o Instituto de Identificação da Polícia Civil e está fornecendo equipamentos para levar para todas as cidades a possibilidade de fazer identidade e CNH no mesmo equipamento. A CNH deveria ser semelhante à identidade e ter um custo baixo, porque a CNH é uma ferramenta social. O problema é que, ao longo do tempo, no Brasil, não em Goiás, mantiveram-se os monopólios de autoescolas, de médicos, de psicólogos, de pessoas que ganharam muito dinheiro no final. O Detran de Goiás tem que

enfrentar esses monopólios para poder reduzir o preço. O Detran já quebrou o monopólio das autoescolas para permitir que as autoescolas cheguem a todos os municípios e, da mesma forma, fizemos com médicos e psicólogos. Depois de 40 anos, Goiás vai ter um concurso público para examinadores para fazer banca em todos os municípios e todas essas ações vão levar à redução do custo da CNH. CNH é cidadania, não podemos ter um cidadão de primeiro e segundo mundo, o cidadão que tem condições para fazer CNH e aquele cidadão do interior de Goiás cuja habilitação poderia dar emprego a ele e não tem condições de fazer. Como ele vai pagar de R\$ 2,5 mil a R\$ 5 mil? É algo que não é fácil de mudar, mas o Detran Goiás se orgulha de estar sendo o vetor dessa mudança.

O nome do senhor aparece bem nas pesquisas de intenção de votos em Aparecida de Goiânia. A candidatura a prefeito é uma possibilidade?

O delegado Waldir aparece bem nas pesquisas em Aparecida, em Goiânia, em Senador Canedo, em Goianira. A minha possibilidade é a que o governador entender. É antiético e imoral da minha parte, estando presidente do Detran, pensar em ser prefeito de qualquer cidade. Se amanhã o governador Ronaldo Caiado e o grupo político dele decidirem que eu tenho que ser candidato, eu sou soldado e soldado cumpre ordem. Mas meu projeto hoje é ser o melhor presidente de Detran do país. Para se ter uma ideia, saímos da medalha de bronze na transparência da CGE para a diamante. Em menos de um ano de gestão. Nunca nenhum órgão conseguiu isso.

Em Goiânia, o senhor defende um nome do União Brasil para prefeito?

Tem que ser o melhor nome que surgir nessa construção e não tem necessidade de ser do União Brasil, pode ser do PP, do MDB, do Republicanos ou de qualquer partido que esteja aliado ao governador Ronaldo Caiado. Não existe esse interesse de que o nome seja do União Brasil.

Como o senhor vê a pré-candidatura de Bruno Peixoto (UB)?

Bruno Peixoto é presidente da Assembleia, ele foi reeleito presidente da Assembleia. Ele tem o sonho de ser prefeito de Goiânia; Francisco Júnior, que me visitou aqui, também tem um sonho; Vanderlan (Cardoso), Adriana Accorsi, Gustavo Gayer



também têm um sonho, eu tenho, você tem. Mas temos que entender que essa decisão da escolha é muito importante porque ela reflete em 2026. O governador, para mim, é pré-candidato a presidente da República e não podemos errar nas escolhas agora.

O Bruno seria um erro?

Não é que Bruno seria um erro. É que ele fez uma escolha, ser presidente da Assembleia, e ele foi reeleito agora.

O senhor acha que ele já fez a escolha dele.

Ele escolheu ser presidente da Assembleia. Se ele não tivesse sido reeleito, bacana; mas ele foi reeleito presidente da Assembleia. Ele fez uma escolha. Nós temos que entender que temos muitos atores, muitas pessoas capacitadas no grupo do governador Ronaldo Caiado e não podemos dar todo o ouro para apenas uma pessoa. Temos que distribuir as possibilidades para vários atores. Porque senão nós não somos um grupo. O Bruno foi premiado com o maior desejo de qualquer pessoa em Goiás hoje, que é ser presidente da Assembleia.

Jânio Darrot precisa se filiar ao UB para ser candidato? Como avalia o nome dele?

Não é necessário ir para o União Brasil para ser o candidato do grupo. Para ser candidato, a pessoa tem que se viabilizar politicamente, cair na graça do povo e ser gestor. Quem vier a ser prefeito de Goiânia não pode errar, tem que ser pragmático, tem que fazer gestão, tem que transformar Goiânia em uma das melhores cidades para se viver. O próximo gestor, em quatro anos, tem que fazer 40; fazer Goiânia ser semelhante a Curitiba e às melhores cidades para viver no mundo. Goiânia está precisando de um choque

de gestão. O que se precisa é de alguém que tenha essa capacidade de gestor e que venha para somar para o grupo. Temos que pensar que se essa pessoa for competente vai refletir amanhã na campanha do Daniel (Vilela), que é o nosso candidato a governador, vai refletir em Ronaldo Caiado, que tem 75% de avaliação (positiva) e é o meu candidato a presidente da República.

Por que Goiânia precisa de um choque de gestão? A administração do Rogério Cruz não é boa? O apoio do União Brasil à reeleição de Rogério Cruz já está descartado?

Rogério Cruz é uma excelente pessoa e eu tenho um carinho muito grande por ele, ele está em um partido muito importante, que é o Republicanos, é uma pessoa de extremo caráter, mas vimos agora as enchentes, o problema

“ Rogério Cruz é uma excelente pessoa e está em um partido muito importante, que é o Republicanos, mas vimos agora as enchentes, o problema da Comurg. Goiânia precisa de alguém que traga a solução para seus problemas. ”

da Comurg. Goiânia precisa de alguém que traga a solução para seus problemas, precisa que as obras acabem, precisa de modernização, precisa de gestão. Rogério Cruz é uma excelente pessoa, muito bem relacionado, mas infelizmente ele tinha contas a pagar, seja com o grupo A, com o grupo B, com o grupo C. Ele foi parlamentar por muito tempo, mas não soube costurar e esteve sempre refém da Câmara de Vereadores. Vereador, deputado estadual, deputado federal, senador é para ser respeitado, mas precisa permitir a quem governa fazer gestão. Acima dos interesses de cada agente político está o interesse do povo.

Isso quer dizer que o União Brasil não pensa em apoiar Rogério Cruz?

Essa decisão não é minha, é do governador Ronaldo Caiado.

Mas o senhor é presidente do diretório metropolitano do União Brasil. Como presidente metropolitano, qual sua opinião?

A decisão é do governador Ronaldo Caiado. Eu, como presidente metropolitano, delego essa atribuição ao governador Ronaldo Caiado. Considerando a importância do fato. O vice não pode tomar decisão pelo presidente; é o CPF do governador que está em jogo. Se eu fosse o presidente eu daria a resposta para você.

Sua passagem pelo Congresso lhe rendeu boas aparições na mídia nacional. E até hoje não se sabe se o que lhe atribuíram era verdade. Uma das coisas que diziam do senhor é que entrou no Congresso armado. É verdade?

Não, eu sou legalista. Eu estava com o coldre e ele é semelhante à arma. Eu ia até o Congresso armado, mas deixava a arma na caminhonete para não entrar armado na Câmara.

Na CPI da Petrobras, o senhor soltou ratos durante o depoimento do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto?

Eu reservo o meu direito constitucional de permanecer calado.

Qual seu projeto político, parlamentar ou executivo?

Meu projeto político é aquilo que o governador Ronaldo Caiado decidir. Pergunta para ele qual é o meu futuro político e ele vai te responder. Eu tenho um líder e tenho que seguir meu líder. Lealdade e fidelidade.

Leia mais no site www.tribunadoplanalto.com.br

CONTROLE

Câmara promulga proibição do acúmulo de lixo na capital

Secom Goiânia

Autor da proposta, Lucas Kitão (PSD) comemora derrubada do veto à sua emenda e diz que fiscalização mais rígida impede depósitos irregulares de recicláveis



Câmara derrubou veto à emenda que proíbe acumulação de lixo na capital

Da Redação

Goiânia terá fiscalização mais rígida contra acúmulo de lixo em ruas e dentro de depósitos irregulares após os vereadores da Câmara de Goiânia derrubarem o veto do prefeito Rogério Cruz (Republicanos) ao Art. 25 do novo Código de Posturas. O endurecimento na lei foi proposto pelo vereador Lucas Kitão (PSD) e promulgado pelo presidente da Câmara Municipal, Romário Policarpo (PRD), no Diário Oficial do Município (DOM) da terça-feira, 9, junto com outros trechos que também foram mantidos pelos parlamentares.

Lucas Kitão afirma que a promulgação da lei permite que a capital tenha uma fisca-

lização mais rígida. Segundo ele, a medida impede que bairros históricos, como Campinas e Centro, tenham a possibilidade de enfrentar o problema social causado pelos depósitos irregulares de materiais recicláveis, que já são vistos nos bairros. "A medida também evita o agravamento do problema social das 'cracolândias', como já ocorre em algumas regiões", acrescenta o vereador.

ECOPONTOS

Outro trecho mantido pelos vereadores é complementar à proibição. Conforme preveem os parágrafos 1, 2, 3 e 4, paralelamente à proibição, a emenda exige formalização do trabalho de catadores de materiais recicláveis; o incentivo a insta-

lação de ecopontos na capital; e o atendimento e inserção social de dependentes químicos que sobrevivem da coleta seletiva.

"Goiânia está prestes a vivenciar um problema social. A falta de legislação e a exclusão social de dependentes químicos permitem que usuários de drogas pesadas, como o crack, recorram à reciclagem de materiais sólidos para sustentar o vício, como acontece em São Paulo.

Essa situação já ocorre no bairro de Campinas, onde moradores reclamam que há três cooperativas irregulares", explica o vereador.

REGULARIZAÇÃO DOS CATADORES

Diante da situação, Lucas Kitão sugere que os geradores de resíduos sólidos atendam às exigências de formalização e ofereçam condições dignas para atuação de catadores. Com isso, pretende-se eli-

minar trabalho infantil e informalidade, além de melhorar condições ambientais e sanitárias. "A profissionalização, a criação de ecopontos em todas as regiões da capital, como já prevê o Plano Diretor, e a atenção aos dependentes químicos, com rede de acompanhamento multidisciplinar, evitarão que Goiânia vivencie situação parecida com a de São Paulo no que diz respeito à cracolândia", conclui.

ALEGO

Regras para eleições municipais são tema de palestra

Sérgio Rocha/Alego

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) promoveu, na terça-feira, 9, no Auditório Carlos Vieira, palestra para servidores e visitantes sobre condutas vedadas a agentes públicos e regras para as eleições municipais deste ano. O encontro foi conduzido pelo advogado especialista em direito eleitoral, Hylulley Machado.

Além dos servidores, participaram prefeitos e vereadores de dezoito municípios do Estado. São eles: Abadiânia, Água Limpa, Senador Canedo, Carmo do Rio Verde, Paranaiguara, Piranhas, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Corumbá de Goiás, Caldas Novas, Amorinópolis, São Francisco de Goiás, São Luiz do Norte, Alexânia, Firminópolis, Santo Antônio da Barra, Hidrolina e Uruana.

Além de Hylulley Machado, também fizeram parte da mesa o diretor de Cultura, Esporte e Lazer da Alego, Juliano Santana Silva, e a conselheira seccional e vice-presidente da Comissão da Advo-



Hylulley Machado, especialista em Direito Eleitoral, destacou a importância de acompanhar as mudanças na legislação

caria Municipalista da OAB-GO, Thaís Moraes de Sousa.

A palestra buscou sanar o maior número possível de dúvidas sobre o tema. "A legislação muda muito, por mais que a gente estude, ninguém sabe tudo", disse. A lei, segundo Machado, também não abarca todos os casos. "Então precisamos, muitas vezes, entender o que o legislador quis dizer, o princípio da lei", considerou.

Ao abordar a legislação eleitoral e as regras para as eleições de 2024, o advogado destacou as convenções, o registro de candidatura e a propaganda eleitoral. Segundo ele, a lei cria mecanismos para que se possa garantir o caráter igualitário a todos os agentes que vão participar das eleições.

"É muito importante que a gente se atente à legislação, que é extensa. São várias deci-

sões em cada ponto da legislação. Eu acho de primordial importância que os agentes públicos, não só quem vai disputar as eleições, mas também os servidores públicos, efetivos, comissionados, estagiários, servidores e até mesmo contratados, todos eles cumpram as regras da Lei 9.504", disse o advogado.

NOVIDADES

Machado comentou tam-

bém sobre uma das grandes dúvidas em relação aos próximos pleitos, que é o uso da inteligência artificial. "É um tema bastante novo, não estava sendo disciplinado ainda pela legislação eleitoral, inclusive as resoluções saem agora em março. É tão recente que a minuta que trata da inteligência artificial foi disponibilizada ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)".

Por fim, o advogado destacou algumas novidades em relação à legislação vigente nas últimas eleições. "Foram poucas alterações, mas teve. Por exemplo, será permitido a doação aos candidatos via pix. É uma novidade que não existia. As carreatas das campanhas agora terão que ser avisadas ao juiz eleitoral com 24 horas de antecedência para que se possa fazer o acompanhamento e ver exatamente se não há compra de voto com combustível. Então, são algumas mudanças pontuais, mas que já valem para as eleições de 2024", ressaltou Machado.

PODER

POLÍCIA

Índices de criminalidade recuam em até 89,8% em Goiás

Romullo Carvalho

Balanço da Segurança Pública consolida queda histórica de crimes violentos e não violentos; número de homicídios dolosos caiu pela metade em 2023

Da Redação

Goiás registrou queda de 50,8% no número de homicídios dolosos em 2023, na comparação com 2018. Esse é um dos vários indicadores criminais que seguem uma série histórica de redução consecutiva, desde 2019. Os dados foram apresentados pelo governador Ronaldo Caiado durante encontro com a cúpula da Segurança Pública do Estado, realizado no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia. “Aqui não tem só teoria. É teórico com prática. É competência com operacionalidade”, disse o governador sobre a dinâmica de trabalho que resultou nos índices positivos.

Uma das reduções mais expressivas diz respeito ao roubo de veículos (-89,8%): foram 1.029 no ano passado, ante 10.103 casos em 2018. Já crimes como furto e roubo a transeunte tiveram queda de 85,8% e 83%, respectivamente. Latrocínio, que é o roubo seguido de morte, caiu 86,7%

— foram 14 casos em 2023 e 105 no ano de 2018.

O balanço apresentado utiliza dados do Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás e é proveniente do Sistema RAI (Registro de Atendimento Integrado). O secretário de Segurança Pública, Renato Brum, explicou que a queda dos índices é resultado de uma ação conjunta consolidada há cinco anos. “Trabalhamos na redução da redução, da redução... Estamos reduzindo de forma contínua os comparativos em relação a 2018”, definiu.

Crimes de lesão seguida de morte tiveram queda de 55,7% no período avaliado — 61 em 2018 e 27 no ano passado. Outros indicadores de destaque são o homicídio tentado (-20,6%), estupros (-10,5%), roubo em comércio (-81,8%), roubo de carga (-90,6%), roubo em residência (-75,9%) e furto de veículos (-60,1%).

Para reforçar o combate aos crimes de violência contra a mulher, o Governo de



Governador Ronaldo Caiado apresenta balanço da segurança: “Aqui não tem só teoria”, afirma

SAIBA MAIS

Durante o evento, foram apresentados números que comprovam a queda dos principais indicadores criminais de 2023, na comparação com 2022. Confira:

- ✓ Homicídios dolosos: -12,1% (caiu de 1.185 para 1.042)
- ✓ Homicídio tentado: -7,3% (caiu de 1.829 para 1.696)
- ✓ Estupro: -12% (caiu de 800 para 704)
- ✓ Latrocínio: -57,6% (caiu de 33 para 14)
- ✓ Roubo a transeunte: -32,7% (caiu de 11.682 para 7.861)
- ✓ Roubo de veículos: -30,1% (caiu de 1.473 para 1.029)
- ✓ Roubo em comércio: -27% (caiu de 880 para 642)
- ✓ Roubo a residências: -34,9% (caiu de 869 para 566)
- ✓ Roubo de cargas: -52,3% (caiu de 86 para 41)
- ✓ Roubo a instituição financeira: nenhum caso desde 2019
- ✓ Furto a transeunte: -33% (caiu de 10.930 para 7.328)
- ✓ Furto a veículo: -19,1% (caiu de 5.559 para 4.498)
- ✓ Furto em comércio: -15,3% (caiu de 12.646 para 10.707)
- ✓ Furto em residência: -20,5% (caiu de 21.193 para 16.849)
- ✓ Roubo em propriedade rural: -28% (caiu de 110 para 79)
- ✓ Furto em propriedade rural: -14% (caiu de 3.706 para 3.202)

Goiás ampliou os canais de denúncia, bem como o apoio às vítimas. O objetivo é estimular o registro de ocorrências e fortalecer a rede de proteção. “É algo que acontece dentro de quatro paredes, por isso o Estado quer encorajar essas mulheres e mostrar que estamos aqui para garantir sua proteção física e social”, pontuou Caiado. Como explicou o governador, hoje mulheres vítimas de violência doméstica podem ser atendidas pelo programa Goiás por Elas, que garante renda mensal para as que estão em vulnerabilidade econômica e dá acesso facilitado a todos os outros programas assistenciais do Governo.

TRIBUTO

Lançado o Portal de Autorregularização para contribuintes de ICMS

Divulgação

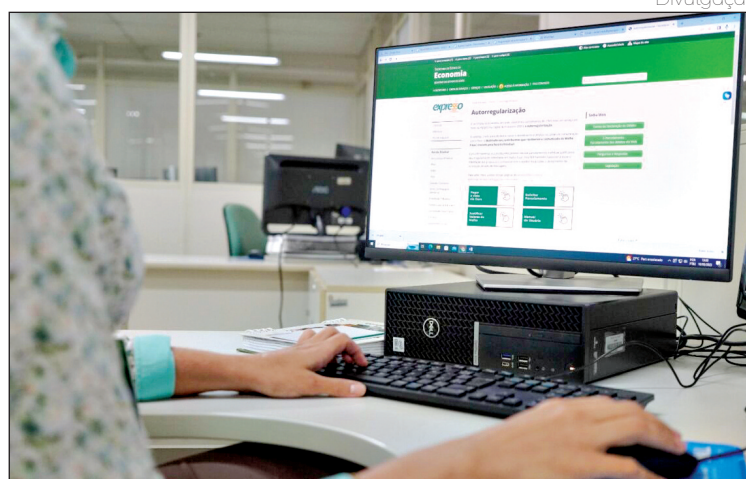
Os contribuintes goianos contam, agora, com uma nova ferramenta para sanar pendências fiscais com o Estado de maneira desburocratizada e rápida. O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Economia, lançou, na quarta-feira, 10, o Portal de Autorregularização da Receita Estadual, mecanismo que visa a redução de autuações por parte do Poder Público e o ingresso de recursos de forma ágil e sem a necessidade de punição.

A apresentação do sistema, realizada no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia, foi acompanhada pelo governador Ronaldo Caiado, pela titular da Economia, Selene Peres Nunes, além de represen-

tes de entidades de contabilidade e do setor empresarial. O chefe do Executivo destacou que a evolução da governabilidade só ocorre quando há sintonia e não queda de braço. “Sempre fui crítico da imagem punitivista do governo. Peço todas as vezes aos servidores que tenham gestos de abrir a discussão, de serem educativos”, falou Caiado.

AUTORREGULARIZAÇÃO

No portal, são oferecidos novos recursos que melhoram a interação com os contribuintes e a solução de pendências do ICMS, com as vantagens da regularização espontânea. Como explica a titular da economia, o site facilita, desburocratiza e



Pelo portal, é possível consultar inconsistências nas malhas fiscais, pagamentos e outras informações

oferece segurança jurídica no relacionamento entre as duas partes. “Esse é um programa permanente, uma mudança de cultura que facilita a vida dos contribuintes e também do fisco

por aproximar as duas partes na busca da prestação de contas correta e adequada”, disse Nunes.

A estimativa da Secretaria de Economia é enviar, neste ano, pelo menos 22 mil

comunicados oferecendo as vantagens da autorregularização a contribuintes de diversos segmentos econômicos detectados em malhas fiscais. O comunicado é enviado ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), com prazo de 30 dias para sanar as divergências.

A expectativa da Economia é de que, com a autorregularização, o Estado arrecade cerca de R\$ 550 milhões. Após o período estipulado, o Fisco entrará com o processo de penalização. Ao fazer a autorregularização, o contribuinte não sofre ação fiscal e deixa de pagar a multa que pode chegar a até 100% do valor devido do imposto, além de voltar a ficar em dia com a Receita Estadual.

INUNDAÇÕES

Chuvas intensas causam alagamentos e estragos em Goiânia

Fotos: Divulgação

Investimento municipal de R\$ 200 milhões no último ano visa solucionar problemas de drenagem

Dhayane Marques

Goiânia, uma cidade que tem lidado com desafios significativos de drenagem urbana e inundações por várias décadas, está atualmente em processo de transformação. Em entrevista concedida à Tribuna do Planalto, o secretário de Infraestrutura (Seinfra) de Goiânia, Denes Pereira, ressaltou a urgência da implementação do Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU). Ele atribuiu os problemas recorrentes de alagamentos na cidade à falta de intervenções adequadas no passado.

Desde 2021, a gestão municipal, após constatar a existência de 99 pontos de alagamentos na cidade, vem realizando intervenções visando reduzir transtornos no período chuvoso. Esses alagamentos têm impactado negativamente a qualidade de vida da população local. A implementação do PDDU é vista como um passo crucial para resolver esses problemas e melhorar as condições de vida em Goiânia. O Plano Diretor de Drenagem Urbana de Goiânia é de 2005, e hoje cobre apenas 60% da área urbana do município.

Atualmente, a cidade está empenhada na elaboração do PDDU, um processo que, segundo o professor da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (UFG), Klebber Formiga, exige tempo e esforço. A previsão para a conclusão do projeto completo é de 24 meses, com a fase inicial de levantamento durando entre



Prefeitura tem atuado em 99 pontos de alagamentos na cidade. O PDDU tem um custo de implementação estimado em R\$ 1 bilhão a longo prazo



12 e 13 meses. Após essa fase, serão elaborados documentos de diagnósticos, prognósticos, planos de ações e manuais que compõem o plano.

“A drenagem é o patinho feio do saneamento básico, não tanto por negligência dos gestores públicos, mas por falta mesmo de recursos para investimentos”, disse. No entanto, há que se considerar que a falta de investimentos em saneamento nas cidades, sobretudo em drenagem, se deve ao fato de ser

obra de menor visibilidade, e que traz menos retorno quando se fala em capital político.

Embora esteja previsto um período de dois anos para a conclusão do PDDU, a intenção é entregar o material à Câmara Municipal em cinco meses. A iniciativa é um passo importante para conter os alagamentos de vias no período chuvoso e proporcionar mais qualidade de vida à população de Goiânia.

No final de 2023, a Prefeitura de Goiânia divulgou um relató-

rio de gestão que indicava a alocação de R\$ 200 milhões para obras de drenagem urbana. Essa decisão aponta para um foco nas necessidades infraestruturais da cidade. Klebber Formiga, da UFG, avalia positivamente a alocação de recursos, destacando a importância desse investimento para um ambiente urbano mais seguro e resiliente. A aprovação de especialistas aumenta a confiança da população no plano, sinalizando um futuro promissor para Goiânia.

Uma iniciativa crucial para combater alagamentos

No início deste ano, Goiânia sofreu com alagamentos significativos. No domingo, 7 de janeiro, rios transbordaram, ruas ficaram alagadas e carros foram levados pela enxurrada durante uma chuva intensa. Em resposta a esses desafios, a cidade está avançando na implementação do Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU).

O protocolo de intenções foi assinado em fevereiro de 2023, na presença do prefeito Rogério Cruz e da reitora da UFG, Angelita Pereira de Lima. Esse ato formalizou a criação de um convênio para a formulação do PDDU. Desde então, a equipe tem realizado um levantamento abrangente da área urbana, com foco especial nos mais de 400 quilômetros de córregos que atravessam a cidade. O objetivo principal é compreender o processo de geração de cheias e inundações.

A equipe encarregada da elaboração do PDDU, está avançando na identificação e solução de problemas crônicos relacionados a alagamentos nas vias da capital durante o período chuvoso. A primeira etapa do levantamento está programada para ser concluída até o final deste ano.

O prazo total para a elaboração de documentos abrangentes, incluindo diagnósticos, prognósticos, planos de ações e manuais integrados ao plano, é de 24 meses. “A gente espera que os próximos gestores deem continuidade às intervenções nessa área. Não se pode mais fechar os olhos para essa questão”, pontua.

Custo para implementar o PDDU

Para implementar a política de drenagem urbana delineada pelo PDDU, estima-se um investimento de aproximadamente R\$ 1 bilhão a longo prazo. Klebber Formiga enfatiza a importância da

colaboração da população, destacando práticas conscientes, como o descarte correto de lixo, para evitar obstruções em bocas de lobo, galerias e canais de escoamento.

Denes Pereira, Secretário de Infraestrutura de Goiânia, resalta a relevância do PDDU. Ele destaca que o plano fornecerá não apenas um panorama detalhado da cidade, mas também auxilia-

rá os gestores no planejamento mais eficiente da capital. A drenagem urbana, um elemento fundamental para a sustentabilidade, desempenha um papel vital na gestão de águas pluviais,

prevenção de inundações e proteção de infraestruturas urbanas. Além disso, contribui para a qualidade da água, redução da erosão do solo e promoção da biodiversidade em áreas urbanas.

ESCOLA

MATRÍCULA

Quase 72 mil novas solicitações registradas para 2024 em Goiás

É necessário confirmar a matrícula para que ela seja finalizada em diversas fases da educação nas redes estadual e municipal da Região Metropolitana

Dhayane Marques

O processo de matrículas nas instituições estaduais de Goiás começou em 11 de dezembro de 2023. Durante esse período, a rede estadual de ensino de Goiás viu um influxo de 71.948 novos pedidos de matrícula para o ano letivo de 2024. O prazo para as solicitações de matrícula e transferências escolares se estendeu até o domingo, dia 3. No total, foram contabilizados 450 mil registros, incluindo tanto novas matrículas quanto renovações. O período para confirmação e efetivação das matrículas se encerrou na



Goiânia oferece mais de 39 mil vagas na Educação Infantil. Enquanto Aparecida está com mais de 9 mil

última quinta-feira, dia 11.

Os novos alunos devem comparecer à escola indicada com documentos pessoais, comprovante de endereço, histórico escolar e certificado de vacinação. Além disso, os estudantes que solicitaram transferência entre escolas estaduais também têm até o dia 15 de dezembro para confirmar a matrícula no novo estabelecimento.

O início do ano letivo está marcado para 22 de janeiro de 2024. Após essa data, os alunos receberão kits de uniforme e material escolar,

enquanto os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio receberão Chromebooks para auxiliar nas atividades escolares.

PRÉ-MATRÍCULA PARA CMEIS E CEIS

Na capital, a Prefeitura de Goiânia iniciou, nesta quinta-feira, 11, a pré-matrícula para os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Centros de Educação Infantil (CEIs) conveniados ao município. Com mais de 39 mil vagas na Educação

Infantil, sendo mais de 17 mil para novos alunos, os responsáveis podem solicitar vagas a partir das 12 horas pelo site ematriculagoiania.go.gov.br.

Durante o processo de solicitação, os responsáveis podem escolher a unidade educacional de preferência, desde que atenda à faixa etária da criança e tenha vagas disponíveis. A cidade tem investido na ampliação de vagas, criando mais de 4 mil na Educação Infantil com a inauguração de novas unidades e formalização de convênios com CEIs.

O cronograma de matrículas em Goiânia começou em novembro com a renovação de matrículas para estudantes veteranos. Já em dezembro, iniciou-se o período de Cadastro Antecipado e transferência entre escolas e CMEIs.

MAIS DE NOVE MIL VAGAS OFERECIDAS EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Na cidade de Aparecida de Goiânia, a Secretaria Municipal de Educação (SME) iniciou, na segunda-feira, 08, o período de matrículas para estudantes das duas fases do Ensino Fundamental. Mais de nove mil vagas são oferecidas para o ano letivo de 2024, com cerca de oito mil

para séries de 1º ao 5º ano e aproximadamente 1,2 mil para turmas de 6º ao 9º ano.

O acesso aos interessados é disponibilizado pelo site www.aparecida.go.gov.br e pelo aplicativo "Matrícula Aparecida". Após a matrícula digital, os responsáveis têm até dez dias para apresentar a documentação na unidade escolar selecionada.

O sistema de matrícula da SME realiza a escolha automática da unidade escolar mais próxima, considerando as 20 macrorregiões na malha urbana de Aparecida de Goiânia. Crianças selecionadas para vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas Municipais em Tempo Integral (EMEIs) também devem confirmar a matrícula até 15 de janeiro.

O processo de matrícula em Aparecida de Goiânia visa atender a demanda por vagas de forma eficiente, proporcionando uma distribuição equitativa das oportunidades educacionais na cidade. O início do ano letivo está alinhado com o calendário escolar, e a entrega de documentação na unidade escolar é fundamental para concluir o processo de matrícula com sucesso.

PESQUISA

Procon Goiás aponta variação de até 566% nos preços de material escolar

Com a chegada de janeiro, época marcada por despesas como IPTU e IPVA, a preocupação financeira dos pais se volta para a compra do material escolar, um gasto expressivo que impacta significativamente o bolso. Com o intuito de orientar os consumidores na busca pelo melhor custo-benefício, o Procon Goiás realizou, nos dias 3 e 4 de janeiro, uma pesquisa abrangente de preços em 15 estabelecimentos de Goiânia, envolvendo 79 itens essenciais. O levantamento completo, com relatório e planilhas, está disponível no site goias.gov.br/procon.

A pesquisa revelou dispa-

ridades surpreendentes, com a maior variação atingindo mais de 566% no lápis preto da Faber Castell, cujo preço oscilou entre R\$ 0,30 e R\$ 2,00 nas papelarias da capital. Outro destaque foi a lapiseira 7mm, apresentando uma variação específica de 484%, com preços variando de R\$ 2,50 a R\$ 14,60. A cola branca líquida 90g, item essencial no estojo das crianças, apresentou diferença de mais de 430%, sendo encontrada de R\$ 2,49 a R\$ 13,25. A pesquisa também alerta os pais sobre a necessidade de pesquisar ao comprar cadernos, já que um caderno espiral capa dura 1 matéria variou mais de 200%,

indo de R\$ 8,90 a R\$ 26,90.

VARIAÇÃO DE PREÇOS ENTRE 2023 E 2024

Ao comparar os preços médios dos produtos entre 2023 e 2024, uma pesquisa do Procon Goiás constatou aumentos significativos. Itens como o estojo da Barbie tiveram um aumento de mais de 100%, passando de um preço médio de R\$ 24,90 em 2023 para R\$ 49,90 em 2024. O giz de cera com 12 unidades da Faber Castell também teve um aumento expressivo, superando os 38%, com o preço médio subindo de R\$ 8,65 para R\$ 11,94. No entanto, alguns produtos registraram

redução de preço, como a cola bastão 20g, que passou de um preço médio de R\$ 10,93 em 2023 para R\$ 8,43 em 2024.

ATENÇÃO AOS ABUSOS

Uma pesquisa do Procon Goiás destacou a importância de os pais estarem atentos aos abusos presentes nas listas de material escolar fornecidas pelas escolas. O valor da mensalidade já engloba despesas de custódia, incluindo materiais de uso coletivo. Assim, não é permitido que as escolas solicitem produtos como álcool, tinta para impressora ou papel higiênico, que não sejam de uso específico do aluno.

A instituição educacional também não pode exigir marca, modelo ou determinar o local de compra do material escolar. Em casos de dúvida sobre a finalidade de algum item, os pais são encorajados a questionar a escola. Por exemplo, materiais como copos aplicados ou papel higiênico podem ser destinados a atividades artísticas e não necessariamente ao uso pessoal coletivo. Cabe aos pais a liberdade de adquirir os produtos nos estabelecimentos de sua preferência. Fique informado e faça escolhas conscientes na hora de preparar o material escolar de seus filhos.



Dhayane Marques dhayanemarquess@hotmail.com

Juros Reduzidos

Aposentados e pensionistas do INSS terão juros menores em futuras operações de crédito consignado. O Conselho Nacional da Previdência Social aprovou um novo limite de juros de 1,76% ao mês, uma redução de 0,04 ponto percentual.

Bancos ajustam

Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão que reduzir as taxas para o consignado do INSS. O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, que cobram 1,79% ao mês, terão que ajustar suas taxas.

Divulgação



Balança comercial goiana registra alta em 2023

Goiás encerrou o ano de 2023 com um superávit de 19,5% no volume de exportações, totalizando US\$13,8 bilhões. Isso representa um aumento significativo em relação ao ano de 2022. A balança comercial de Goiás registrou um saldo positivo de US\$8,9 bilhões sobre as importações, que geraram US\$4,8 bilhões em negócios.

Os dados foram divulgados no Boletim do Comércio Exterior de Goiás, elaborado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), vinculado à Secretaria-Geral de Governo (SGG). O estudo foi divulgado na quarta-feira, 10, e está disponível no site imb.go.gov.br.

Exportações

O agronegócio manteve sua liderança nos números do comércio exterior de Goiás. O estado obteve o quinto melhor saldo da balança comercial do Brasil, com as exportações de produtos primários representando cerca de 66,6% do valor exportado. Destacam-se os municípios de Rio Verde, Jataí e Mozarlândia, que são grandes exportadores de grãos e carnes.

Importações

Goiás registrou uma queda de 10% no volume de importações em relação a 2022. Isso se deve principalmente à redução de 15,5% do volume de fertilizantes importados. A situação é resultado dos acontecimentos internacionais dos últimos dois anos, principalmente o conflito entre Rússia e Ucrânia, que impactou negativamente os preços das commodities. No entanto, o setor de veículos, que inclui máquinas e implementos agrícolas, apresentou um crescimento de 22,6%.

Portal inovador

O Governo de Goiás lançou o Portal de Autorregulamentação, uma ferramenta que permite aos contribuintes resolver pendências fiscais de forma rápida e desburocratizada. A iniciativa visa reduzir as autuações do Poder Público e agilizar a entrada de recursos.

Facilitando regularizações

O portal oferece recursos que melhoram a interação com os contribuintes e a solução de pendências do ICMS. A Secretaria de Economia espera enviar 22 mil comunicados em 2024, incentivando a autorregularização e potencialmente arrecadando cerca de R\$ 550 milhões.

Investimento Rodoviário

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou que o governo planeja investir entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões em rodovias e ferrovias até 2026. Para 2024, a previsão é iniciar cerca de 60 projetos rodoviários e realizar 13 leilões de rodovias.

Melhoria Viária

O governo pretende atingir um índice de condição da malha rodoviária de 80% até o final de 2024, um aumento significativo em relação ao índice atual de 67%. Além disso, estão previstas várias obras de infraestrutura, incluindo a restauração de trechos críticos da BR-364/AC e a duplicação da BR-222/CE.

Falências modernizadas

O governo enviou ao Congresso um projeto de lei para modernizar a Lei de Falências de 2005. A medida visa acelerar os processos de falência, ampliar os poderes dos credores e aumentar a transparência. A reforma é urgente, pois alguns processos podem levar até 11 anos.

Gestão credora

Uma proposta de mudança na Lei de Falências permite que os credores escolham um gestor para administrar a massa falida. Este gestor, em vez do administrador judicial designado pelo juiz, gerenciará o processo de falência e venderá os bens para pagar os credores.

Leilão direto

O projeto de lei busca agilizar o processo de falência, dispensando a avaliação de bens se aprovado pelos credores. Atualmente, a avaliação leva cerca de cinco anos e se concentra em itens de baixo valor. A nova proposta permitirá que os ativos sejam diretamente leiloados.

Credores prioritários

O projeto de lei propõe acelerar o pagamento aos credores após a venda dos ativos. Os primeiros a receber serão os credores prioritários, como os trabalhadores. Em seguida, os credores poderão aprovar um plano para estabelecer uma ordem de pagamento. Atualmente, a ordem de pagamento após a venda dos ativos gera muitas disputas judiciais. O projeto de lei busca reduzir essas disputas e acelerar o processo, estabelecendo uma nova ordem de pagamento aprovada pela maioria dos credores.

Recuperação ampliada

A proposta do governo visa estender à falência dispositivos semelhantes aos processos de recuperação judicial. O gestor fiduciário poderá vender os bens da massa falida mais rapidamente, facilitando a quitação dos débitos. Se a empresa devedora não cumprir o plano de recuperação, os credores podem exigir a execução do acordo ou solicitar a falência. Neste caso, a empresa é fechada e seus ativos são leiloados para quitar parte da dívida.



Leilão

O Detran-GO realizará um leilão de 3.400 veículos no dia 19 de janeiro, com o objetivo de esvaziar os pátios de veículos apreendidos. Os veículos recuperáveis e sucatas aproveitáveis serão leiloados, reduzindo o risco de transmissão de doenças e impactos ambientais. A visita dos veículos será de 16 a 18 de janeiro no pátio da MC Leilão, em Senador Canedo (GO). Os proprietários podem reivindicar seus veículos até um dia antes do leilão.

Eficiência energética

Durante o ano de 2023, a Equatorial entregou 11 projetos de eficiência energética em Goiás, somando investimentos de aproximadamente R\$ 8 milhões e que representam 4.870 MWh/ano de economia de energia, o que significa R\$ 2,6 milhões de economia nas contas de energia do Governo do Estado, das Prefeituras e instituições beneficiadas.

Cristina Indio do Brasil/Arquivo/Agência Brasil



“DOC Encerrado”

A transferência via Documento de Ordem de Crédito (DOC) será encerrada na próxima segunda-feira (15), às 22h, após quatro décadas de existência. Os bancos deixarão de oferecer o serviço de emissão e agendamento para transferência entre instituições financeiras distintas. A Transferência Especial de Crédito (TEC) também será descontinuada. Nos últimos anos, o DOC e a TEC perderam espaço para o Pix, sistema de transferência instantânea do Banco Central.